

CNJ vai investigar conduta de juiz

ANA MARIA CAMPOS

DA EQUIPE DO CORREIO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu em sessão realizada nesta semana encaminhar a denúncia formulada pelo Ministério Público do Distrito Federal contra o juiz Vilmar Barreto Pinheiro, da 1ª Vara de Entorpecentes e Contravenção Penal, à Corregedoria Nacional de Justiça para análise de sua conduta. Na decisão, o conselheiro José Adonis Callou considerou graves os fatos relacionados ao magistrado, acusado de retardar o andamento de processos sobre tráfico de drogas.

Com base no voto de Adonis, o CNJ também decidiu anular a sessão do Tribunal de Justiça do DF (TJDF), realizada em fevereiro de 2007, que decidiu, por falta de quórum, rejeitar pedido do procurador-geral de Justiça do DF, Leonardo Bandarra, de abertura de inquérito criminal contra Barreto. Em seu voto, o conselheiro ressaltou que não há necessidade de autorização judicial para a simples abertura de investigação. Ele sustenta que o tribunal tem de se reunir apenas para decidir sobre o recebimento ou não da denúncia, depois de encerrada a



ADONIS CALLOU, CONSELHEIRO DO CNJ: DENÚNCIAS GRAVES CONTRA JUIZ

investigação quando houver convencimento do Ministério Público sobre a ocorrência de crime.

Trata-se de uma fase diferente, quando os desembargadores terão de avaliar se abrirão ou não o processo penal. "O condicionamento da mera instauração de investigação penal contra magistrado à deliberação, por maioria absoluta, do Conselho Administrativo do TJDF, não tem fundamento legal e está em desacordo com toda a orientação da jurisprudência sobre o tema", afirmou

Adonis. O Ministério Público entende que a decisão implica imediata instauração de inquérito penal contra o magistrado. O CNJ, no entanto, decidiu que Vilmar Barreto pode continuar desempenhando as funções, como decidiu o TJDF. A defesa de Vilmar Barreto afirma que o magistrado tem sido vítima há anos de perseguição do Ministério Público. Também sustenta que eventuais irregularidades apontadas na Vara de Entorpecentes já foram sanadas.

MEMÓRIA

Processo disciplinar

Em fevereiro de 2007, o Conselho Administrativo do Tribunal de Justiça do DF (TJDF) decidiu abrir procedimento administrativo disciplinar contra o juiz Vilmar Barreto Pinheiro, da 1ª Vara de Entorpecentes, sob a acusação de retardar processos contra traficantes. Na mesma sessão, os desembargadores negaram pedido de instauração de processo penal e de afastamento do magistrado, por considerarem que não houve quórum suficiente para essas deliberações.

O pedidos foram feitos pelo procurador-geral de Justiça do DF, Leonardo Bandarra, que sustentou ter o juiz Vilmar Barreto provocado a impunidade, ao deixar que processos de réus envolvidos em narcotráfico ficassem vários anos aguardando julgamento. Essa atitude teria levado à prescrição de crimes, ou seja, à impossibilidade de punir criminosos devido ao longo período de tramitação. As irregularidades foram apontadas por fiscalização da Corregedoria-Geral de Justiça, que encaminhou o caso ao MP do DF (AMC)